

A URGÊNCIA DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PRODUTIVAS NO TERRITÓRIO: MIRANDO O ENFRENTAMENTO DA CRISE INSTITUCIONAL E ECONÔMICA RECENTE, DE 2015 A 2022¹

Aristides Monteiro Neto

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos, Ambientais e Federativos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea); e professor no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento dessa instituição.

E-mail: aristides.monteiro@ipea.gov.br;

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0930-3062>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3036-port>

Este texto para discussão explora e aprofunda reflexões de avaliação da política regional e de seus instrumentos. Ademais, contextualiza-as diante dos desafios impostos por um quadro político, econômico e institucional mais adverso, de regressão e crise entre 2015 e 2022. O objetivo é tirar ensinamentos dos retrocessos institucionais e da desmobilização de políticas públicas para a formulação e a proposição de estratégias sustentáveis de desenvolvimento regional capazes de enfrentar o novo ambiente macroinstitucional muito mais restrito.

Para isso, apresenta um conjunto de análises e reflexões consideradas essenciais ao balanço dos principais desafios e de insuficiências para que uma *nova* política regional venha a contribuir para a retomada do crescimento econômico. O trabalho busca apontar caminhos de coordenação de políticas quanto a reverberações territoriais e, ao mesmo tempo, sugerir quais políticas de base territorial, sem dúvida, poderiam ter papel mais destacado na adoção da estratégia de mudança estrutural da economia brasileira.

De maneira específica, o estudo se dedica à análise de três modalidades de recursos

financeiros e uma forma de aplicação de recursos de base orçamentária, escolhidos por imprimirem potentes reverberações territoriais no país. Esses instrumentos de fluxos financeiros e orçamentários correspondem, cada um a seu modo, a políticas governamentais específicas voltadas para o fomento a atividades produtivas e à infraestrutura. São elas: i) o crédito rural (política agrícola e pecuária); ii) os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (política industrial e modernização tecnológica das empresas); iii) os fundos constitucionais de financiamento regional – FCFs (política regional); e iv) os gastos federais em investimento (gastos orçamentários destinados a ampliar a capacidade de atuação estatal em áreas escolhidas).

A investigação cobre os anos compreendidos entre 2010 e 2022 (sempre que houver dados disponíveis) e realiza – de maneira sistemática – cotejos do comportamento de variáveis no período de 2010 a 2014, quando a crise política-econômica-institucional ainda não estava instalada, além do período posterior, de 2015 a 2022, com recessão, turbulências políticas e ameaças à institucionalidade democrática. A ênfase nessa

1. As análises e as argumentações desenvolvidas no estudo são de inteira responsabilidade do autor e não correspondem necessariamente à posição institucional do Ipea.

SUMEX

década “estendida” se deve à preocupação e ao interesse em compreender como o ambiente político-institucional de implementação de políticas públicas pode ser alterado tão radicalmente e em tão pouco tempo.

A dimensão territorial utilizada é a da macrorregião. O estudo se dedica a prover uma mirada larga dos grandes traços e dos movimentos regionais de instrumentos da política de financiamento do desenvolvimento no país. Ademais, objetiva mapear e acompanhar a direção de fluxos de recursos no território em escala macrorregional. Não desconsidera a relevância de investigações em outras escalas necessárias ao refinamento do entendimento de processos e dinâmicas territoriais, contudo optou por concentrar-se nos movimentos gerais tomados pelos recursos aplicados. Sem sombra de dúvida, ao se fazer desse modo, levanta inquietações para passos analíticos subsequentes nas escalas estaduais ou municipais de observação.

Por fim, vale ressaltar que a coordenação de políticas e instrumentos tem sido vista, na experiência de implementação de políticas públicas do governo federal, nas últimas duas ou três décadas, como essencial e desejável para o seu êxito. Esse esforço se torna ainda mais relevante no âmbito das políticas territoriais, no qual atuam diferentes orientações, possibilidades e adversidades, que às vezes resultam em sinergia e – muitas outras vezes – em sobreposições de ações e desperdício de recursos. Decorre daí a necessidade de reflexão mais elaborada sobre coordenação entre as políticas *explícitas* para o desenvolvimento regional com as chamadas *implícitas*, que são mais numerosas, têm mais recursos e produzem impactos territoriais, na maioria das vezes, amplificadores de disparidades não antevistas.